

As informações abaixo foram extraídas do capítulo Cor, da Síntese de indicadores Sociais de 2004 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O estudo completo, incluindo tabelas e gráficos, está disponível no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2004/default.shtm>

---

Nas décadas mais recentes, a Organização das Nações Unidas promoveu uma série de conferências internacionais que contemplam a agenda social contemporânea. Em 2001, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, a ONU insta os Estados participantes a coletarem, compilarem, analisarem, disseminarem e publicarem dados estatísticos confiáveis em nível local e nacional relativos a indivíduos e membros de grupos e comunidades sujeitos à discriminação.

Neste particular, o IBGE mantém uma tradição de coleta de dados censitários desde o Século XIX, com o primeiro recenseamento nacional realizado no ano de 1872, até o mais recente do ano de 2000. Durante esses quase 130 anos de levantamentos estatísticos, as características de cor ou raça da população vêm sendo pesquisadas nos Censos Demográficos decenais, com exceção dos de 1900, 1920 e 1970, ainda que com algumas diferenças de critérios de aplicação entre eles. Além disso, o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, coleta anualmente, desde 1987, a cor ou raça em todo o Território Nacional. A Pesquisa Mensal de Emprego - PME, também investiga a cor da população que reside nas seis regiões metropolitanas do País.

O sistema de classificação utilizado pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares é constituído de cinco categorias: branca, parda, preta, amarela e indígena. A incorporação desta última, a partir do Censo de 1991 visava a diferenciar o grupo identificado como de descendentes das nações indígenas. Nessa medida, o quesito também foi modificado na sua formulação, incorporando o termo “raça” para contemplar a nova categoria, supostamente pertencente a esta ordem, e não à de cor, consolidando-se, então, estas cinco opções de resposta atualmente em uso.

Comparando dados das PNADs de 1993 e 2003 no intuito de fazer o panorama do período, pode-se dizer que a distribuição por cor ou raça da população mostrou pequenas alterações em nível nacional: uma queda de 2% na população que se declarou branca (de 54,3% para 52,1%) e um aumento daquela que se declarou preta (de 5,1% para 5,9%) e pardos (de 40% para 41,4%). Chama a atenção o crescimento na participação de pessoas de cor preta no Nordeste que passou de 5,2% para 6,4%. No Sul, essa proporção passou de 3% para 3,7% e no Centro-Oeste, de 2,8% para 4,5%. No caso de pardos, no Sudeste a proporção de pretos que era de 27,7%, em

1993, subiu para 30,3%; no Sul, de 12,1% para 13,4%; e no Centro-Oeste, de 48,9% para 51,8% (Tabela 11.1 e Gráfico 11.1).

### **Taxa de analfabetismo de pretos e pardos é o dobro dos brancos**

As taxas de analfabetismo seguiram a tendência de queda já verificada nos últimos volumes da Síntese de indicadores sociais para todos os grupos de cor ou raça. O período em análise mostra que houve uma redução ligeiramente mais acentuada dessa taxa para pretos e pardos (em torno de 32%) do que para brancos (29%). Entretanto, a taxa de analfabetismo de pretos (16,9%) e de pardos (16,8%), em 2003, continuou sendo mais que o dobro da observada para brancos (7,1%) (Tabela 11.2).

As taxas de analfabetismo funcional seguiram a mesma tendência, com redução em mais de 10 pontos percentuais no período para a população como um todo. Esta queda mostrou-se mais acentuada, sobretudo, para a população de cor preta no Nordeste, em torno de 35%, enquanto para a branca e a parda a redução foi de 26%. No Centro-Oeste, também houve redução acentuada das taxas, com queda de 45,5% para pretos, 34,3% para brancos e 29,1% para pardos. Vale ressaltar que a diferença nas taxas de analfabetismo funcional entre brancos, pretos e pardos permaneceu acentuada, 18,4%, 32,1% e 32,5%, respectivamente, para estes grupos em 2003 (Tabela 11.3 e Gráfico 11.2).

### **Entre brancos, pretos e pardos, predominam as famílias do tipo *casal com filhos e, entre mulheres, as do tipo sem cônjuge com filhos***

Quanto à distribuição das famílias por tipo, verificou-se que se acentuaram as tendências apontadas nos últimos anos, com um declínio crescente das famílias de casal com filhos para a população como um todo. Entretanto, este arranjo continuou sendo o tipo de família predominante para famílias com pessoa de referência do sexo masculino, representando 68% das famílias cuja pessoa de referência era de cor branca e 70,4% daquelas com pessoa de referência de cor preta ou parda. Por outro lado, quando o sexo da pessoa de referência era feminino, o tipo mais comum de família era monoparental com filhos (60% em média para brancas e pretas e pardas). De uma forma geral, observou-se que a diferença na composição dos tipos de família não se deu em função da cor da pessoa de referência, mas principalmente devido ao gênero da chefia familiar (Tabela 11.15 e Gráfico 11.4).

### **Brancos têm, em média, 7,3 anos de estudo; pretos, 5,6; e pardos, 5,4**

No que se refere ao indicador de anos médios de estudo da população de 10 anos ou mais, houve um ganho de 1,4 anos de estudo no período, passando de 5,0 para 6,4 anos médios de estudo para a população total. Embora as pessoas de cor preta e parda tenham ganho mais anos de estudo que a população branca (1,9 anos e 1,6 anos, respectivamente, contra 1,4 anos), a diferença entre os grupos de cor ou raça permaneceu elevada, ficando em torno de 2 anos de estudo entre brancos e pretos e de 1,7 anos entre brancos e pardos (Tabela 11.7 e Gráfico 11.5).

### **Entre pretos e pardos, é maior a proporção de trabalhadores domésticos e menor a de empregadores**

Em relação aos indicadores de mercado de trabalho, a análise dos dados da população ocupada, segundo a posição na ocupação mostrou um pequeno crescimento no percentual de empregados entre a população branca (de 47,6% para 49,5%) e de empregadores (de 4,8 para 5,8%). Para a população preta e parda, em 2003, a proporção de ocupados na posição de empregados foi similar à dos brancos (45,8%), mas a proporção de empregadores foi bastante inferior (2,2%). Todas as categorias apresentaram redução da proporção de não-remunerados. Por fim, a proporção de trabalhadores domésticos foi significativamente superior para as pessoas de cor preta e parda (9,6%), enquanto este percentual foi de 6,1% para os brancos. Nesse sentido, a distribuição das categorias de cor ou raça por posição na ocupação manteve os mesmos níveis de desigualdades no período (Tabela 11.13).

### **Entre os ocupados, brancos ganham mais e têm mais anos de estudo que pretos e pardos**

O estudo da relação entre rendimento médio em salários mínimos e anos médios de estudo da população ocupada revelou que se a população ganhou anos de estudo - em média dois anos - na década, este aumento não implicou aumento significativo no rendimento médio. Brancos tinham, em 1993, em torno de 6,8 anos de estudo e, em 2003, passaram para 8,3. O rendimento médio, por sua vez, subiu de 3,6 salários mínimos para 3,9 salários mínimos. As pessoas de cor preta e parda apresentavam, em 1993, uma média de 4,5 anos de estudo e um rendimento médio de 1,7 salários mínimos, enquanto em 2003 esses valores eram, respectivamente, 6 anos e 1,9 salários mínimos. Vale registrar, que mesmo a população de pretos e pardos quase alcançando, em 2003, número médio de anos de estudo similar ao que a população branca possuía 10 anos antes, o rendimento médio dos pretos e pardos ainda permaneceu num patamar entre 50% e 60% do que os brancos possuíam em 1993 (Tabelas 11.7 e 11.8 e Gráfico 11.7).